

Identidade principal

De: "FNDC" <imprensa@fndc.com.br>
Para: <Marcio Câmara Leal - Sind. Rad. RJ>; "José Sóter" <jose.soter@bol.com.br>; "Jonas Valente" <ninguendorme@yahoo.com>; "Diva Lúcia Conde" <divaluciaconde@rjnet.com.br>; "Daniel Herz" <dherz@terra.com.br>; "Schröder" <schroder@zaz.com.br>
Enviada em: terça-feira, 4 de fevereiro de 2003 18:49
Anexar: ATT00064.txt
Assunto: e-Fórum nº 15 - Serviço de Comunicação Multimídia

e-Fórum *

15



Boletim de Divulgação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – nº 15 – 4/2/2003

Anatel libera mais de uma autorização por dia de serviço multimídia

Assim que iniciar o processo de formulação de políticas públicas de comunicação, o governo federal terá que decidir como incidir sobre uma polêmica que vem ganhando peso a cada dia que passa. De 1º de janeiro até hoje, o Diário Oficial da União já publicou 37 autorizações de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) para empresas dos mais diferentes perfis. A lista de liberações diárias inclui operadoras de telefonia celular como a Tess, de TV paga como a Ibituruna e grupos de mídia como o Grupo Editorial Sinos. Tecnicamente, o conceito de SCM envolve o "conjunto de serviços fixos de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em âmbito nacional e internacional, em regime privado, que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, utilizando quaisquer meios a assinantes dentro de uma mesma área de prestação". Na prática, radiodifusores e produtores de conteúdo audiovisual temem que o serviço torne-se um corrente desleal inserido de forma privilegiada no mercado de distribuição de sons e imagens. Estando o apto a realizar transmissão de TV Executiva, videoconferências, transporte de sinais de empresas produtoras ou distribuidoras de

programação e entre empresas de radiodifusão, o autorizado do SCM é, na verdade, uma emissora de rádio e TV que só não opera de forma continuada. As brechas deixadas pelo modelo de termo de autorização publicado no Diário Oficial da União de ontem podem acabar viabilizando a oferta de serviços que até então eram exclusivos das empresas de TV aberta e por assinatura. O texto aprovado em 22 de janeiro proíbe, por exemplo, a distribuição dos sinais de forma simultânea para assinantes como ocorre com os serviços de TV a cabo, MMDS e DTH. No caso da radiodifusão, "o sinal não deve ser recebido direta e livremente pelo público em geral". Ao mesmo tempo, o texto do termo de autorização permite o fornecimento de sinais de vídeo, áudio, de forma permanente e por meio de contrato específico ou pagamento por evento. O serviço de notícias "Pay-TV" questionou se este último atributo não contemplaria a oferta de serviços de video-on-demand (VoD), tecnologia que permite o envio de pacotes de conteúdo audiovisual - um filme ou um show - para um assinante através das redes de telecomunicações. Não há nenhuma restrição para a venda de VoD no texto aprovado.

Disputa por banda

Com a autorização na mão, várias empresas querem agora reservar espaço para operar em frequência de banda larga os serviços de SCM. Hoje, a comissão especial de licitação da Anatel recebeu a documentação de identificação e as propostas financeiras relativas aos blocos de frequência colocados em licitação das faixas de 3,5 GHz e 10,5 GHz. Apresentaram propostas sete empresas: Embratel, Vant Telecomunicações (da Brasil Telecom), DirectNet, Grupo Editorial Sinos, Inforware, Universal Comunicações e WKVE. A Anatel não divulgou as áreas pretendidas pelas licitantes. Nesta primeira etapa, informa o site da agência, será feita a análise da documentação de identificação dos proponentes. No dia 11, a comissão deverá fazer a análise das propostas financeiras para a faixa de 3,5 GHz. No dia 25, será a vez das propostas financeiras para 10,5 GHz. Desde que foi instalado, o Conselho de Comunicação Social vem solicitando ao presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Luiz Guilherme Schymura, esclarecimentos sobre a regulamentação do SCM e a suspensão das autorizações até que seja dirimida a dúvida se existe ameaça ao setor de radiodifusão e cabodifusão na distribuição de conteúdo. Até o recesso dos trabalhos do Conselho, o órgão regulador não havia respondido.

Sociedade pode contribuir com regulamento de acesso à internet

Foi adiado para 15 de fevereiro o prazo final para apresentação de contribuições à Consulta Pública nº 417, que apresentou a proposta de regulamento para o uso de serviços e redes de telecomunicações no acesso a serviços de internet. De acordo com o site da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o documento da Consulta Pública estabelece

dois novos modelos para acesso à internet no País: acesso discado via Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e adoção de tarifa "flat" (preço único) pelas prestadoras de serviços de telecomunicações, o que estimulará a "competição no suporte a esse serviço e o combate à exclusão digital". O órgão regulador se diz interessado em reduzir o preço do acesso à web, principalmente nos mais de cinco mil municípios brasileiros que não contam com provedores locais, onde os usuários têm de fazer ligações interurbanas para fazer a conexão por linha discada.

Mesmo que o processo preveja o recebimento de contribuição de qualquer pessoa física ([clique aqui para ler o texto da Consulta Pública 417](#)), a disputa está restrita a operadoras de telefonia e aos provedores de internet. No centro da polêmica está a possível diferenciação entre tráfego de voz e dados na rede de telefonia fixa, que seria estabelecida com a nova regulamentação. O modelo de negócios dos provedores gratuitos é baseado nas regras de interconexão - os provedores recebem das operadoras de telefonia em que estão hospedados parte da receita gerada com as tarifas. O noticiário especializado vem informando que as operadoras de telefonia estariam dispostas a sacrificar provedores gratuitos, dos quais são controladoras ou sócias, para acabar com o risco de terem que pagar também aos concorrentes as tarifas de interconexão. Na avaliação do presidente do iBest, Marcos Weltreich, o código não-geográfico só deve ser uma opção de acesso, sendo que o modelo atual deve ser mantido. Caso contrário, prevê, sem a cobrança por pulso, a figura do provedor gratuito vai desaparecer. "Se não houver concomitância do 0i00 com o modelo atual, será o fim da internet grátis. O que, em última instância, contraria a proposta de universalização, pois cria-se um 'apartheid' digital, com a concentração do acesso nas mãos de poucos", criticou.

Polêmica antiga

No primeiro semestre de 2002, a Anatel já havia realizado uma consulta pública sobre o mesmo tema. Na ocasião, foram sugeridos três modelos para conexões discadas: manutenção do modelo atual, pelo sistema de pulsos; criação de código específico não-geográfico 0i00 (nos moldes do 0800), por uma tarifa mais barata; e o Internet Protocol (IP) direto, que utiliza uma rede exclusiva para transmissão de dados e pelo qual o usuário pagaria o serviço numa única conta - provedor e telefone. Um relatório de 200 páginas foi divulgado na internet ([clique aqui para acessar versão em formato .PDF](#)). As principais críticas vieram dos provedores. Na opinião de algumas empresas, a modalidade de IP direto faria desaparecer o provedor de internet como se conhece, já que a única relação comercial do consumidor seria com o operador de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM). A avaliação foi do representante das empresas de provimento de acesso no Comitê Gestor de Internet (CGI), Antônio Tavares, para quem este modelo "tornaria obrigatória a compra de uma licença ou associação com o SCM pelos provedores, que ficariam submetidos ao regulamento do serviço".

Concorrência desleal

Outra crítica dos provedores é que a nova modalidade criaria no mercado

brasileiro a figura da revenda de serviços de telecomunicações, já que o prestador de SCM poderia comprar capacidade das teles e revendê-la ao usuário. Para o presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (Abranet), Roque Abdo, a preocupação maior é "a concorrência desleal que o monopólio da internet nas mãos das operadoras" pôde causar. Líder da entidade de 350 provedores, ele disse na época que as tarifas de interconexão estariam incentivando operadoras de telefonia a incorporarem ou montarem suas estruturas para oferecer acesso à rede, como a Telemar/iG, Brasil Telecom/iBest e Telefônica/Terra ([clique aqui para ler a íntegra do manifesto da Abranet](#)).

Avaliações para X Plenária podem ser entregues até 14 de março

A Secretaria do FNDC está recebendo, até o dia 14 de março, propostas e avaliações sobre a trajetória da entidade. Todos os documentos recebidos serão redistribuídos às entidades associadas e servirão de base para a organização da pauta da X Plenária, prevista para ser realizada de 30 de maio a 1º de junho, em Brasília.

Em telerreunião realizada hoje, a Executiva do Fórum decidiu que cada entidade participante do Conselho Deliberativo deverá arcar com os custos de transporte e estadia de seus representantes em São Paulo, de 29 a 30 de março, na reunião que deverá sistematizar as colaborações e convocar oficialmente a X Plenária. Todas as contribuições e sugestões para o trabalho do Conselho Deliberativo deverão ser encaminhadas ao endereço secretaria@fndc.com.br até a data-limite. Após este prazo, os textos serão publicados na página do FNDC.

Lula recebe associação de empresas jornalísticas

Acompanhados pelo ministro das Comunicações, Miro Teixeira, a direção da Associação Nacional de Jornais (ANJ) foi recebida em audiência pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na quinta-feira, 30 de janeiro. De acordo com nota do site da entidade, os donos de jornais reuniram-se com Lula para "apresentar a entidade e discutir focos de sua atuação, voltada permanentemente para a liberdade de imprensa, a valorização da cidadania e o fortalecimento do meio jornal". O presidente foi informado que as 37 maiores empresas jornalísticas associadas à ANJ investem fortemente no Programa Jornal na Educação, que chega a 8.500 escolas e 3 milhões e meio de alunos em todo território nacional. "Na audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a direção da entidade mencionou as dificuldades por que passa o setor da mídia, resultado da queda da atividade econômica no país, da retração do mercado publicitário,

da desvalorização da moeda e de seus efeitos no endividamento para sua modernização tecnológica. Conforme o serviço jornalístico da associação, a indústria brasileira de jornais está presente em todas as cidades brasileiras com mais de dez mil habitantes e os veículos alcançam a quase totalidade dos municípios. A Associação Nacional de Jornais congrega atualmente empresas que representam 90% da circulação diária do país, num total de 35 milhões de leitores/dia.

Comissão de Direito Humanos lança site www.eticanatv.org.br na TV

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados abrirá, nesta semana, um novo canal para receber denúncias e reclamações de pessoas insatisfeitas com o nível da programação da TV brasileira. Até sexta-feira deverá entrar no ar o site www.eticanatv.org.br, fruto da campanha *Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania*, lançada em novembro. Do movimento resultou também a cartilha, de mesmo nome, publicada em 24 de janeiro, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. A informação é do jornal *O Estado de São Paulo*.

Imprensa FNDC
imprensa@fndc.com.br
(51) 3337-4800 r. 223
www.fndc.com.br

Participe do e-Fórum enviando sugestões de pautas, informes, notas, eventos para a agenda e críticas. Escreva para imprensa@fndc.com.br

Esta mensagem foi verificada pelo E-mail Protegido Terra.
Scan engine: VirusScan / Atualizado em 29/01/2003 / Versão: 1.3.13
Proteja o seu e-mail Terra: <http://www.emailprotegido.terra.com.br/>